

A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil

Eni P. ORLANDI

Unicamp

Introdução

Vou tomar a questão da “Escola” da análise de discurso na perspectiva da história das idéias lingüísticas. Nessa perspectiva, teria reservas a dizer que há uma escola de análise de discurso brasileira, como também não diria que há uma escola de análise de discurso francesa. Questiono o sentido que pode tomar “Escola”. Quem assim a nomeou na França foi Guespin, partidário de que a análise de discurso fosse parte da sociolingüística, o que gerou enorme polêmica. Mais tarde, depois da morte de Michel Pêcheux, este nome tem sido dado a trabalhos que são de muitas e diferentes ordens teóricas, metodológicas e que nada tem de articulado em seus procedimentos. São um pacote de estudos de diferentes disciplinas da linguagem como a própria análise de discurso mas sobretudo da pragmática, da lingüística textual, da teoria da enunciação, da sociolingüística etc. Portanto este nome escola de análise de discurso francesa não recobre um conjunto de trabalhos que tenham uma consistência interna (teórica) e histórica.

Por outro lado, poderíamos, a rigor, falar em análise de discurso germânica, americana, inglesa, italiana, brasileira, francesa etc, se pensamos essa disciplina desenvolvida em diferentes regiões do mundo com suas diferentes tradições de estudos e pesquisas sobre o discurso. Nesse sentido, o que entra em conta é que a história da ciência não é linear e não se produz sustentada só no eixo do tempo. A relação tempo/espaço faz parte do método de observação dessa história e, segundo o que temos praticado, quando

falamos dessa história não “nos referimos (...)a uma história única, universal e linear”(Auroux et alii, idem) pois a consequência seria de pensar que há lugares e tempos em que não se passaria nada cientificamente, o que é uma abstração mutilante desta história.

Além disso, e não é menos importante, o que tenho proposto é que se articule sistematicamente a história do conhecimento metalingüístico com a história da constituição da própria língua, ligando-se a língua à sua exterioridade, a seus territórios, às populações, às nações e Estados com suas políticas. A ciência da língua que assim se considera não está apartada do território em que se produz. Tampouco a análise de discurso.

Cabe ainda considerar que, em se tratando do conhecimento, há relações de força e de poder que atravessam todas essas classificações, diferenças, considerações. E aí, a preço de parecermos ingênuos, não podemos deixar de considerar que ao falar em “Escola” de análise de discurso francesa, americana etc, se está atribuindo poder de palavra e de saber desigualmente distribuídos. Isto é, se privilegiariam certos lugares e depois se falaria de “recepção”, de “influência” etc. nos outros. E, como dissemos mais acima, não é assim que acontece. A ciência se produz em diferentes lugares com a força e a especificidade de sua tradição. O Brasil é, sem dúvida, um desses lugares em que a ciência da linguagem tem sido produzida com grande capacidade de descoberta e de elaboração.

Finalmente, e isto é o mais importante, podemos reconhecer nos estudos e pesquisas sobre o discurso uma filiação específica que teve como um de seus fundadores Michel Pêcheux e que se desenvolveu mantendo consistentemente certos princípios sobre a relação língua/sujeito/história ou, mais propriamente, sobre a relação língua/ideologia, tendo o discurso como lugar de observação dessa relação. E aí podemos falar de como os estudos e pesquisas da análise de discurso, dessa filiação, se constituiu com sua especificidade no

Brasil, na França, no México etc., tendo no Brasil um lugar forte de representação. A isto podemos chamar Análise de Discurso Brasileira.

Uma questão de fato

A reflexão discursiva, enquanto disciplina de “entremeio”, remete a espaços habitados simultaneamente, estabelecidos por relações contraditórias entre teorias. Em que não faltam relações de sentidos mas também relações de força, por sua relação com o Poder (declinado pelo jurídico).

Situando-se nesse lugar em que é pensada a partir de espaços relacionais entre disciplinas, a análise de discurso se pratica pelo deslocamento de regiões teóricas e se faz entre terrenos firmados pela prática positivista da ciência (a lingüística e as ciências sociais). Ela produz uma des-territorialização e, nesse movimento, põe em estado de questão o sujeito do conhecimento e seu campo, seu objeto e seu método, face à teoria que produz. E esta sua característica tem um custo epistemológico altíssimo.

Do mesmo modo, é de se esperar que nos diferentes “territórios” em que se desenvolve, ela se revista de particularidades.

A Análise de Discurso que pratico leva a sério a afirmação de Saussure de que a língua é *fato social*. Pensamos a língua como fato e significamos o que é social, ligando a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia, a ideologia e o inconsciente.

Outro deslocamento importante, este face à dicotomia língua/fala, produz um deslizamento para a relação não dicotômica língua e discurso.

Na maneira como temos desenvolvido a análise de discurso, ao desmanchar as dicotomias, re-definimos o que é língua para a lingüística e também para o analista de discurso: a língua é estrutura não fechada em si mesma, sujeita a falhas. Abre-se por aí a

possibilidade teórica da re-introdução do sujeito e da situação no campo dos estudos da linguagem. Re-significado, o sujeito não é origem de si e a situação não é a situação empírica mas lingüístico-histórica. Desse modo, em meu trabalho, pude considerar, não apenas a forma abstrata ou a forma empírica mas o que tenho desenvolvido como *forma material* (a partir de L. Hjelmslev, 1968), em consonância com as contribuições do Materialismo Histórico (e a teoria da Ideologia), da Psicanálise (e a noção de Inconsciente, ou, na Análise de Discurso, o de-centramento do sujeito) e da Lingüística (deslocando a noção de fala para discurso).

Não se trata, pois, só de se produzirem instrumentos combinatórios cada vez mais potentes. Ao invés de dicotomizar, muda-se de terreno afirmando a relação língua/ discurso em que não se iguala o universal com o extra-individual. Não se dicotomiza tampouco o social e o histórico, ou o necessário e o casual.

Além disso, proponho pensar a noção de funcionamento para o “texto”, em sua relação com a exterioridade. Nem, de um lado, só a língua, nem de outro só a situação-lá, o fora. Observando a materialidade do texto, não abandono o exterior específico (o real da história) mas o considero atravessado pelo exterior constitutivo (o interdiscurso).

Pela noção de materialidade discursiva, que recobre a relação entre a forma-sujeito e a forma do sentido, confronta-se o simbólico com o político, na relação entre língua e história: eis a forma material.

Pensar a forma material é assim abrir espaço para pensar a relação estrutura/acontecimento (M. Pêcheux, 1981) no batimento metodológico entre descrição e interpretação.

O analista de discurso, para trabalhar a forma material, traz para dentro de sua prática o trabalho com a paráfrase e a metáfora, com o “equivoco” (o efeito da falha da língua inscrevendo-se na história).

Paráfrase e metáfora, são os suportes analíticos de base. No entanto, a paráfrase é definida na Análise de Discurso de modo diferente ao da Lingüística assim como a metáfora é definida de outra maneira que a dos Estudos Literários. Tenho insistido em que, na análise de discurso, a paráfrase (E. Orlandi, 1983) é, ao mesmo tempo, fato de linguagem e procedimento heurístico. É a paráfrase (pensada em relação à configuração das formações discursivas) que está na base da noção de *deriva* que, por sua vez, se liga ao que é definido como efeito metafórico (M. Pêcheux, 1969): fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, produzindo um deslizamento de sentido. De minha parte, trago a noção de efeito metafórico – pontos de deriva - para o campo dos procedimentos analíticos aproximando-a da noção de gesto de interpretação – o que intervém no real do sentido. Realço assim o fato de que o analista trabalha a possibilidade de descrever/interpretar um funcionamento discursivo “lidando/operando” com a paráfrase e a metáfora. A paráfrase e a metáfora explicitam-se, pois, enquanto procedimentos de análise. Esta é, para mim, uma marca da especificidade da análise de discurso: ela introduz uma noção não lingüística de paráfrase e uma noção de metáfora que não deriva da retórica, ou dos estudos literários, assim como uma noção de “memória” que tem suas determinações que não são psicológicas, cronológicas etc. A relação entre essas noções e o modo de procedimento da análise de discurso, ligando o que é estabilizado e o que é sujeito a equivoco, no movimento da descrição e da interpretação vai marcar profundamente os estudos da linguagem.

Para praticar a análise de discurso, segundo Courtine, é preciso ser lingüista e esquecer que é. A maior parte ou não é ou não esquece...Daí as derivações para a análise de conteúdo, a análise textual, a pragmática, a psicanálise etc, em que se articulam, sem deslocar-se, lingüística e situação, ou lingüística e inconsciente, etc. Em todos esses casos a materialidade da língua na discursividade “desaparece”.

Merece atenção o fato de que a análise de discurso se constitui na conjuntura intelectual do estruturalismo do final dos anos 60, em que a grande questão é a relação da estrutura com a história, do indivíduo com o sujeito, da língua com a fala, assim como se interroga a interpretação. Tomo em conta que a passagem que se faz é justamente a passagem que coloca em questão as noções de sujeito, de indivíduo, de língua, de fala, de história e de interpretação, então vigentes, assim como se procura ultrapassar as dicotomias estabelecidas e pôr em questão a suposta transparência do sentido. Para isto a análise de discurso reúne, deslocando, língua-sujeito-história, construindo um objeto próprio, o discurso, e um campo teórico específico.

As Grandes Linhas Divisórias

Mesmo quando não se falam em “Escolas”, é habitual fazer-se uma primeira grande divisão, entre a análise de discurso européia e a americana (aqui pensada a América do Norte). Do lado da americana (e essa não é uma divisão meramente geográfica) está a tendência de uma declinação lingüístico-pragmática (empiricista) da análise de discurso com um sujeito intencional, e do lado europeu a tendência (materialista) que desterritorializa a noção de língua e de sujeito (afetado pelo inconsciente e constituído pela ideologia) na sua relação com discurso em cuja análise não se procede pelo isomorfismo.

Devo dizer que a proposta de M. Pêcheux, despertou-me o interesse, na medida em que não deixa intocada a região da reflexão sobre a linguagem, não se apresentando apenas como “acréscimo” do ponto de vista metodológico, mas como uma iniciativa de reflexão que interroga as próprias teorias que constituem as relações contraditórias do campo de sua existência. É aí que a América do Sul, mais precisamente Campinas, entra nessa história com sua contribuição própria. Em termos de história da ciência, a Análise de Discurso praticada no Brasil não deixa tampouco intocada a relação já fixada e dominante que tem, de um lado, a tradição européia e, de outro, a norte-americana (ou anglo-saxã). Ela vai colocar questões para essa forma de dicotomizar a história do pensamento sobre a linguagem. Porque se nessa declinação coube à Europa (apesar de M. Pêcheux) fixar-se preferentemente na escrita, e aos americanos, no oral (conversacional, pragmática etc), no Brasil a análise de discurso não foi afetada por esta divisão imaginária entre escrita e oral.

A questão que se coloca nessa conjuntura teórica, de então, incide sobre a possibilidade de formalização dos diferentes objetos das ciências humanas, e a que custo epistemológico. Não se trata apenas de uma aplicação periférica mas de uma redefinição dos instrumentos de análise que retorna sobre a própria natureza do objeto, criticando-se o “conteudismo”.

A Análise Automática do Discurso de M. Pêcheux (1969) procura concretizar esta proposta. Nela, a questão da informatização do modelo tem um papel heurístico e não se reduz apenas a uma aplicação.

Indo na direção da formalização, o que produziu uma grande cisão, na França, foi a questão teórico-política colocada pelo marxismo ortodoxo e a tomada de posição althusseriana da re-leitura de Marx (e a relação com a Psicanálise, re-leitura de Freud). Havia uma interrogação forte posta para a história e para o que é uma formação social.

Considero que M. Pêcheux, no deslocamento produzido de Marx a Althusser, correlato ao feito por Lacan em relação a Freud, se coloca no lugar em que, pela consideração da linguagem na relação com o que teoriza Althusser sobre a ideologia e o sujeito, funda um novo campo na relação com a lingüística. Na equação histórica teórico-política temos: Freud/Marx/Saussure::Lacan, Althusser, Pêcheux.

Dividem-se os adeptos da análise de discurso francesa entre diferentes grupos de esquerda, com todas as implicações que isto tem nos anos 60. Tensão acrescida pela polêmica posição da lingüística nessas relações, já que, com a posição althusseriana, a linguagem não aparece mais como simples acessório do político, nem da ciência.

Por outro lado, fica claro, para a abordagem discursiva, que o sentido, objeto da Semântica, excede os limites da lingüística, ciência da língua: a relação entre as significações de um texto e as suas condições socio-históricas é constitutiva das próprias significações.

Chegamos por aí ao que realmente faz uma diferença e produz dissensões no interior mesmo da análise de discurso francesa, nos finais dos anos 70, em uma batalha teórico-política. A crise da lingüística fazia aparecerem as divergências, internas à análise de discurso, sobre as questões da língua e do sujeito, através de mediações e trajetos teóricos bem distintos do que veremos acontecer no Brasil. Para Marcellesi e sua equipe a análise de discurso é um domínio particular da sociolingüística. Para M. Pêcheux, a sociolingüística aparece como lugar de recobrimento da política pela psicologia (e pelo sociologismo) assim como o formalismo aparece como uma ameaça cujo risco corre a sintaxe. M. Pêcheux (D. Maldidier,1990), sustenta desde essa época e até o fim uma posição clara: a questão do sentido não pode ser regulada na esfera das relações

interindividuais, assim como a das relações sociais não podem ser pensadas sob o modo da interação entre grupos humanos.

Passemos agora para o Brasil. Em nosso território - numa relação híbrida entre o político e o teórico, com os americanos e com os europeus, já que há forte dominância da lingüística americana (ou anglo saxã) no Brasil – a divisão tem a ver com o modo de relacionar a análise de discurso com a lingüística, com a pragmática. Os pontos de atrito, diferentemente da França, são menos com a sociolingüística mas continuam a ser com a relação sujeito/língua/ideologia, e a formalização, em outra conjuntura teórica. Eu diria que, na França, na provocação do formalismo dominante, o antagonismo tomou a forma do sociologismo e aqui no Brasil, desde o início, tomou a forma do pragmatismo, nuançado, em alguns casos, por um estruturalismo tardio (a reboque da psicanálise). A questão era: ser ou não ser lingüista. E a resposta era a pragmática. Puro equívoco.

No Brasil, a análise de discurso institucionaliza-se amplamente – não sem algumas resistências, alguns antagonismos – e, com sua produção e alcance teórico, configura-se como uma disciplina de solo fértil, com muitas conseqüências tanto para a teoria como para a prática do saber lingüístico. Na contramão, há aqueles que, incompreendendo a relação da análise de discurso com a lingüística (relação que é de “pressuposição”) pretendem “preservar”, tal qual, a lingüística – e os formalismos dominantes - e há os que, inscritos na filiação lingüístico-discursiva, como eu, partindo da lingüística e reconhecendo/deslocando o corte epistemológico saussuriano (M. Pêcheux, 1971), procuram compreender a relação entre a lingüística e a análise de discurso no quadro das relações de entremeio, elaborando suas contradições. Os que pretendiam/pretendem que a teoria do discurso não pode (não deve) produzir um deslocamento de terreno dos estudos lingüísticos mantinham/mantêm as reflexões do campo da lingüística tal qual e “acrescentam” componentes da reflexão que

vêm de dois campos “afins”: a pragmática (os atos de linguagem) e a teoria da enunciação (o sujeito).

De minha parte, sempre insisti na possibilidade de trabalhar um objeto novo: o discurso. E minha reflexão vai nessa direção procurando dar visibilidade, construir mesmo, o campo específico da análise de discurso caracterizando sua teoria, seu método, seus procedimentos analíticos e seu objeto próprio. Estabeleço a noção de texto relacionando-a a discurso para não cair no engano do “puro lingüístico”, relaciono a noção de sujeito com o que vou chamar função-autor e distingo particularidades na noção de situação (condições de produção) que assim ganham outros sentidos, são re-significados ganhando especificidade face à análise de discurso em cuja filiação situamos M. Pêcheux (em sua relação com P. Henry e M. Plon).

Insisto em mostrar como se re-configura o desenho disciplinar do campo das ciências da linguagem, com efeitos sobre as ciências humanas e sociais em geral. Isto, no Brasil.

Para mim, nem a lingüística nem as ciências sociais podiam responder as questões que se colocavam (com a formalização da lingüística) sem que houvesse um re-traçado de limites e a formulação de novas questões.

Lingüista de formação, percebi que a noção de discurso permite a compreensão disto ao se colocar como lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, tomada esta não como ocultação mas funcionamento estruturado pelo modo de existência da relação língua-sujeito-história (sociedade).

Por outro lado, trata-se de compreender o que é ideologia. E aí a questão, fortíssima também na França, é o desgaste que a noção de ideologia sofreu através dos usos abusivos e freqüentes que explicavam tudo, perdendo assim sua capacidade compreensiva. De minha

parte, no Brasil, explicitando (dada minha formação em lingüística) a presença do primeiro termo da relação posta pela definição do que é a forma material – lingüístico-discursiva - , procedi a uma elaboração discursiva da noção de interpretação e coloquei-a como lugar de inflexão da questão da ideologia. Se, como tenho afirmado, não há sentido sem interpretação pois a língua se inscreve na história para significar e é aí que proponho apreender a questão da ideologia, do sujeito, a interpretação dá visibilidade ao mecanismo de funcionamento da ideologia e do sujeito. Articulada à descrição do que se apresenta como forma material.

Abandona-se assim, pela análise de discurso, uma definição “conteudista” de ideologia (como ocultação), pensando-se o funcionamento lingüístico-histórico.

Um Final feliz

Pela fecundidade do campo de questões que inaugura no seio das disciplinas da linguagem, a análise de discurso tem sua presença efetiva desenhada nesse campo.

Faz-se a crítica da Semântica, tendo-se por corolário um conjunto de proposições por uma Semântica Discursiva. Mas a meu ver alcança-se mais que isso e instaura-se um novo objeto, o discurso, lançando as bases de uma nova teoria. Tanto os que tentam “negá-la” como os que pretendem “desconhecê-la”, ou os que a “integram” silenciando-a, no entanto deslocam-se ou têm de explicitar mais decisivamente suas posições, tanto em relação ao discurso como à língua. Esse lugar teórico posto no campo das teorias da linguagem pela análise de discurso produz sistematicamente seus efeitos.

Elencaremos alguns resultados mais marcantes.

Para as Ciências Humanas e Sociais em geral, já que elas se sustentam sobre a noção de sujeito, de linguagem e de situação, o efeito é o da redefinição do que é político, do que é ideologia, do que é histórico, do que é social, fazendo intervir a linguagem (como algo que não é transparente). E eu tenho me dado a esta tarefa

Para a lingüística, é importante lembrar a necessidade de repensar o estatuto e as relações entre semântica e léxico, morfologia e sintaxe, sintaxe e semântica etc. A questão posta também para a relação entre língua e línguas repõe questões que se dividiam entre uma perspectiva filológica (línguas) e lingüística (língua). Para as teorias lingüísticas “complementares”, ressalta-se a necessidade de refinar suas concepções de exterioridade (sujeito, situação, contexto, memória) e suas articulações no interior do próprio campo da lingüística. Eu tenho me interessado cada vez mais pela filologia em bases discursivas.

Para a psicanálise, a noção de discurso faz emergirem questões que interrogam o sujeito-no-mundo. O real da história que se impõe, na sua relação com o real da língua.

Para a ideologia, reconhece-se a demanda de outros instrumentos para compreendê-la e que exigem resignificações teóricas, descobertas, deslocamentos.

Há dois momentos na ciência: o da transformação produtora de seu objeto (dominado por um trabalho de elaboração teórico-conceitual de ruptura) e um de reprodução metódica desse objeto.

O trabalho realizado no Brasil teve um retorno sobre o trabalho na França, em relação a esses dois momentos, indissociáveis, que foi fundamental para a análise de discurso em geral. Em retorno, a prática dessa forma de conhecimento produz um deslocamento em nossa própria tradição lingüística.

Situando-me nessa história, devo dizer que não há só “recepção” de um autor (fundador “lá”) e “influência” (“aqui”).

Chiss e Puech (1995), falam sobre a diferença entre *predecessor* (ordem empírica de sucessão) e *precursor* (referido à unidade, campo disciplinar homogêneo). Podemos fazer intervir, ainda, como em Hjelmslev, a distinção entre tradição e escola.

Descarto de imediato a idéia de “precursor” pois não há um campo disciplinar homogêneo.

Nessa perspectiva, posso pensar minha relação com M. Pêcheux na linha do predecessor, não o vendo exatamente como um predecessor mas como um interlocutor, pois a relação com seus textos é a de leitura e não de recepção; são versões de leitura que vou construindo enquanto instrumentos de reflexão. Essa relação é ainda mediada pela tradição lingüística a qual me filio no Brasil - aquela que acolhe o estruturalismo de um lingüista como Hjelmslev, sem deixar de lembrar dois mestres, um de filologia portuguesa e outro de filologia românica: Clemente Segundo Pinho (graduação) e Theodor Henrique Maurer (pós-graduação) (4). Paralelamente, e não menos importante, a minha atenção à filosofia, à literatura, e às ciências sociais. Na relação entre a “tradição” lingüística brasileira e a lingüística geral, minha prática nessa história aponta para o deslocamento e a presença simultânea, no Brasil, de uma produção de análise de discurso “aqui”, de forma profissional, intelectual e institucionalmente conseqüente.

Nesse sentido, poderíamos falar em uma “Escola” Brasileira de Análise de Discurso, e não no sentido em que Escola tem sido empregada onde o saber é considerado apenas “indústria” e se apóia em um saber homogêneo, estabilizado. Nem tampouco como diz Schlanger (1992) pela “convivência disciplinar”, já que esta se apresenta ou como muito ampla (ameaçando a especificidade do objeto) ou muito estrita (ameaçando o ideal da ciência, eu diria da prática científica, pela reificação dos princípios e massificação dos cientistas). A meu ver a noção de Escola torna um conhecimento datado. Basta-nos, para

nossos fins, falar na Análise de Discurso Brasileira (ADB) em cuja fundação me situaria - ressaltando igualmente a presença de um grupo de pesquisadores fortes e conseqüentes - , na sua relação com a Análise de Discurso Francesa (da filiação de M. Pêcheux), mas produzindo sua diferença da que se desenvolveu “lá”, na França.

Não estacionamos a análise de discurso no que ela era há 25 anos. No Brasil ela seguiu em frente. Mesmo se, na França, muitas vezes, quando se fala em M. Pêcheux ao contrário do que acontece , por exemplo, quando citamos um autor como Saussure, ouve-se como algo anacrônico, fixado no tempo. E não como uma referência, uma filiação teórica, uma retomada que aponta para um desenvolvimento e não apenas uma repetição. Há pois lá uma dificuldade em relação a essa história. Isto mostra, a meu ver, que eles incompreendem o movimento de idéias que se inaugurou com Pêcheux, o campo de questões que se abriu na história da reflexão sobre a linguagem. No Brasil, como dizia, avançamos, e hoje a análise de discurso conhece um desenvolvimento formidável.

Desse modo, coexistem nessa filiação teórica, como dizem Chiss e Puech (1994), “um *domínio de memória* certamente (em que se estabelecem relações de gênese, de filiação, de continuidade e descontinuidade) mas também um *domínio de pesquisas* (em que os enunciados são discutidos e trabalhados no seio de cada projeto científico, em que o *consenso* é, talvez, buscado mais do que pressuposto”). Sem dúvida, além de meus objetivos teóricos mais ligados a uma filiação, há os que se ligam à minha curiosidade científica (O que é linguagem? O que é discurso? etc) que já existia muito antes de eu conhecer a Análise de Discurso, trata-se também, em minha prática, eu diria de “inovação”, no Brasil, de um trabalho que institucionaliza a análise de discurso enquanto uma disciplina, pela sua reinvenção contínua (5). Prefiro falar em filiação, em relações intelectuais e tradições localizadas, no tempo e no espaço, e não em “escolas”, em

“influências” etc. que alimentam e desenvolvem um amplo domínio de pesquisas. Produzindo, claro, uma memória, na medida mesma em que se inscreve em uma rede de filiação de sentidos.

A este respeito volto a tematizar a relação da Análise de Discurso na França e no Brasil. No Brasil há uma relação de “consistência histórica”, sem solução de continuidade, entre o que se chama Análise de Discurso e sua institucionalização. Não é o caso na França. Pêcheux e o grupo de pesquisadores responsáveis pelas elaborações teóricas que fundam esse campo disciplinar não “coincidem” hoje com os que se autodenominam analistas de discurso da escola francesa e que atualmente institucionalizam a prática do que chamam análise de discurso. Por outro lado, há a sobrevivência de fundamentos daquela filiação teórica em pesquisadores que não se incluem no que, hoje, se chama análise de discurso da escola francesa, embora tenham sido afetados por esta filiação.

Na época de sua fundação (anos 60/70) havia uma dispersão – os que praticavam essa forma de conhecimento (reunidos em torno de M. Pêcheux, P. Henry, M. Plon) pertenciam a diferentes instituições e, ou não eram docentes, só pesquisadores, ou eram docentes de lingüística, ou de história etc – e hoje não há correspondência (contemporaneidade?) entre o passo dado nos anos 60/70 e os que gerem a instalação institucional dessa disciplina.

Ao contrário, no Brasil, a minha produção teórica, em relação a essa forma de conhecimento, encontrou eco institucional e acadêmico na construção de um passo em nossa tradição de reflexão sobre a linguagem. Na França, eu diria, que entre o “nome” (AD) e a “coisa” institucional há um lapso separando um momento e outro: o da sua fundação e o de sua institucionalização acadêmica. No Brasil isso se dá já nos anos 70/80 e sem lapso, consistentemente, conjugando-se produção e condições institucionais. Em Campinas, a

Análise de Discurso se institucionalizou pelo seu ensino enquanto disciplina – como parte dos currículos de graduação e de pós graduação, do Instituto de Estudos da Linguagem, especificamente do Departamento de Lingüística, o que é aliás a sua marca – ela se representou em programas de pós graduação e em organismos de pesquisa o que garantiu sua estabilidade institucional e de produção que se implantou fortemente no Brasil todo. Na França, foi uma iniciativa que ficou a cargo de pesquisadores do CNRS, alocados em diferentes universidades mas sem constituir uma disciplina institucionalizada nas universidades (ensino) até bem pouco tempo.

Nessa história, em que estive rigorosamente presente, importa sobretudo o desenvolvimento da teoria e da análise de discurso pelo fato de que, no estabelecimento da noção de discurso, interrogo o que é interpretação (E. Orlandi, 1996), redefinindo o que é ideologia, e proponho (E. Orlandi, 1988) uma distinção básica entre sujeito e autor (e escritor) e entre discurso e texto que afeta sobretudo a relação entre o que tenho proposto como dispositivo teórico (específico à teoria da análise de discurso) e dispositivo analítico da interpretação (que se abre para as diferentes teorias ligadas ao campo de questões assumido pelo analista, seja ele lingüista, historiador, cientista social, fonoaudiólogo etc).

Desde o início procurei compreender e elaborar a relação inconclusa, tensa e indistinta entre paráfrase (o mesmo) e polissemia (o diferente); a incompletude do sujeito (6); a identidade como movimento na história; a língua sujeita à falha e a inscrição da língua na história produzindo o equívoco; o gesto de interpretação fazendo-se no relação da estrutura com o acontecimento, jogo da contradição; a passagem do irrealizado ao que “faz” sentido (discursos fundadores), distinguindo entre o não-sentido (non sens) e o sem-sentido (o que já significou).

Contribuímos para as discussões que se fazem sobre a relação do campo das ciências sociais e o da lingüística, pela reinvenção que estabelece a análise de discurso. Certamente, essa “re-invenção” tem sido o fio condutor da minha prática como analista de discurso. Nesta, também é relevante a maneira como introduzo a noção de silêncio, dando-lhe um estatuto teórico que alarga a própria noção de discurso, teorizando a relação entre dizer/não dizer e deslocando o que se diz sobre o implícito. De forma mais geral, produzi, disponibilizei discursos, modos de dizer a linguagem pela análise de discurso e que dá sustentação aos que praticam essa disciplina.

Para terminar, e tematizando a relação da lingüística com a análise de discurso, retomo um autor que marcou o início de minha produção (7) na ciência da linguagem: “Linguista sum et nihil linguistici mihi alienum puto” (L. Hjelmslev, 1968). Ou, dizendo poeticamente, parafraseio Cora Coralina: quanto mais longe vou, mais estou voltando para casa. Sei hoje mais sobre a língua do que sabia quando trabalhava na lingüística strictu sensu. Quanto ao discurso, falta muito para eu saber o que realmente é.

Bibliografia

- Auroux, S. (1989) *Histoire des Idées Linguistiques*, Tome 1, Mardaga, Liege-Bruxelles.
- Chiss e C. Puech (1994) “Saussure et la constitution d’un domaine de mémoire pour la linguistique moderne”, *Langages*, 114, Paris (pp 41/53).
- J-C. Chiss e C. Puech (1995) “La linguistique structurale, du discours de fondation à l’émergence disciplinaire”, in *Langages*, 120, Larousse, Paris, (pp106/125).
- Cl. Haroche, P. Henry, M. Pêcheux, (1971) “La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours”, *Langages*, 24, Larousse, Paris.
- L. Hjelmslev (1968) *Prolegomènes à une Théorie du Langage*, Ed. Minuit, Paris.
- Hallyday, M.A.K e Hasan R. (1976) *Cohesion in English*, Londres, Longman.
- P. Henry (1997) “Os Fundamentos Teóricos da Análise de Discurso de M. Pêcheux” in *Por uma Análise Automática do Discurso*, Ed. Unicamp, Campinas.
- D. Malidier (1990) *L’inquiétude du Discours*, Eds des Cendres, Paris.
- E. P. Orlandi (1983) *A Linguagem e seu Funcionamento*, Ed. Brasiliense, São paulo.
- E. P. Orlandi (1988) *Discurso e Leitura*, Cortez/Unicamp, São Paulo.

- E. Orlandi (1994) “O Lugar das Sistemáticas Lingüísticas na Análise de Discurso”, in *Delta*, vol.10,n.2, EDUC, São Paulo.
- E. Orlandi (1996) *Interpretação* Ed. Vozes, Petrópolis.
- M. Pêcheux (1975) *Les Vérités de la Palice* (1975), Maspero, Paris.
- (1994) “Ler o Arquivo Hoje”, in *Gestos de Leitura* , E. Orlandi (org.), Unicamp, Campinas.
- T. Hebert (M. Pêcheux) (1966) Cahiers pour l’analyse, tradução “Observações para uma teoria das Ideologias”, in RUA, n.1., Labeurb, Campinas, 1995.
- F. de Saussure (1966) *Cours de Linguistique Générale*, Payot, Paris.